

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.555 - SP (2019/0215782-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : ODAIR CLOVIS FRANZOL JUNIOR  
**ADVOGADOS** : SUZANA COMELATO GUZMAN - SP155367  
IVAN NASCIMBEM JÚNIOR - SP232216  
**AGRAVADO** : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
NÃO-PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA  
**ADVOGADO** : MÁRCIO JOSÉ APARÍCIO - SP289012  
**INTERES.** : A E F INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADO** : GUILHERME MARTINS MALUFE - SP144345  
**INTERES.** : DIMAS DIAS DE ALMEIDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial.

Decisão agravada que rejeitou a exceção de pré-executividade que pretende o reconhecimento de prescrição intercorrente.

Insurgência. Não cabimento. Prescrição intercorrente não caracterizada. Inércia ou desídia do Exequente não verificada, em virtude de ter impulsionado a ação ao longo do tempo, com fim de localizar os demais Executados, bem como de localizar bens passíveis de penhora do Executado, ora Agravante. O fato das diligências requeridas terem restado inócuas não é suficiente para o reconhecimento da prescrição intercorrente. Ademais, no caso do Agravante, que foi citado, até mesmo se a ação tivesse sido suspensa por ausência de bens, o prazo prescricional estaria suspenso. Inteligência do artigo 791, III, CPC então vigente. Decisão mantida. Recurso não provido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 489 do Código de Processo Civil e 206, § 3º, do Código Civil. Sustenta que o acórdão recorrido é desprovido de fundamentos e afirma que a execução deve ser extinta pela

prescrição intercorrente.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 489 do CPC.

Quanto à prescrição, há fundamento do acórdão que, embora suficiente para mantê-lo, não foi impugnado nas razões do recurso especial (fl. 456):

Cumpre observar que, ante o desenrolar da execução, o Exequente buscou empreender meios para a localização de bens penhoráveis do Executado, ora Agravante, de modo que não se verifica desídia por parte do Exequente, a configurar a ocorrência de prescrição intercorrente.

Ademais, os períodos em que o processo esteve arquivado, em razão dos pedidos de prazo para providências, em relação ao ora Agravante, tal suspensão seria pela não localização de bens penhoráveis, no que incidiria a suspensão nos termos do artigo 791, III, do CPC então vigente, de modo que o prazo prescricional se consideraria suspenso nesses períodos.

Com efeito, tem-se que a prescrição não está caracterizada, e os fundamentos para a conclusão não foram todos abordados pelo recurso especial, o que o inviabiliza, nos termos da Súmula 283 do STF.

E o entendimento, ressalte-se, está de acordo com a jurisprudência desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM O ENTENDIMENTO PRECONIZADO POR ESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.
2. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não corre o prazo prescricional durante a suspensão do processo de execução por falta de bens penhoráveis. Precedentes.
3. O Tribunal a quo consigna que não se verifica nos autos o abandono do feito por parte do credor. A reforma do acórdão, neste aspecto, demandaria revolvimento do contexto fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 566.178/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 19/02/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EXECUTADO.

1. Violação do art. 535 do Código de Processo Civil não configurada. É clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte.
2. Suspensa a ação de execução por ausência de bens penhoráveis, nos termos do art. 791, III, do CPC, impossível a decretação da prescrição intercorrente. Precedentes.
3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 542.594/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 09/12/2014, DJe 15/12/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR.

1. Suspenso o processo de execução por ausência de bens

penhoráveis, não flui o prazo prescricional pelo mesmo período, inclusive aquele atinente à prescrição intercorrente. Para a retomada do curso do prazo prescricional, faz-se necessária a intimação do credor para diligenciar no processo.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1463664/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 30/10/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO. ART. 791, III, DO CPC. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

1. Suspenso o processo de execução por ausência de bens penhoráveis, não flui o prazo prescricional pelo mesmo período, inclusive atinente à prescrição intercorrente. Precedentes.

2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1166950/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 14/05/2012)

Aplica-se ao caso também a Súmula 83/STJ.

Ressalte-se que a discussão a respeito da procura da parte agravada por bens da agravante envolve matéria de fato e não pode ser levada a efeito em recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ. Do acórdão consta que "dos autos se denota a ocorrência de diversos atos praticados pelo credor, em períodos inferiores ao prazo prescricional, de modo que, ainda que a execução tenha sido ajuizada em 2007, em momento algum permaneceu paralisada por mais de três anos" (fl. 458).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora